

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DO ESCOLAR

Eliza Marta Gonçalves Ferreira ¹
Ana Cláudia de Azevedo Peixoto²

RESUMO

Este artigo é um extrato da dissertação de mestrado em Educação Agrícola, a qual pesquisou os fatores intervenientes para a permanência de estudantes do Curso Integrado em Agropecuária, do IFCE Campus Iguatu. O referencial teórico aborda o imbricamento entre as políticas sociais, notadamente as políticas de educação e de assistência social, demarca o lugar e o significado da assistência estudantil a partir dos anos 1920 e no âmbito da unidade de ensino *lócus* da pesquisa. A investigação, de natureza exploratória e qualitativa, além da análise documental, inquiriu 71 estudantes por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas acerca das motivações para a escolha do *campus* e do curso de agropecuária, bem como suas impressões quanto ao nível de satisfação com os serviços ofertados pela instituição. Os resultados da pesquisa referendam a assistência estudantil como importante componente da política de educação para o acesso, permanência e êxito do escolar; evidencia a premência por maior visibilidade e fortalecimento desta política, especialmente, por parte dos discentes: seus mandatários.

Palavras-chave: Educação, Assistência estudantil, Permanência.

INTRODUÇÃO

O estudo “O recorte assistencial do Ensino Agrícola como estratégia para a permanência dos estudantes do curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu”, realizado no ano de 2018, teve como objetivo analisar os fatores que influenciam para a permanência dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária no IFCE *campus* Iguatu, sob o ponto de vista dos discentes.

Leituras acerca do Ensino Agrícola no Brasil (ARAÚJO, 2013; BRASIL, 2009; MENDONÇA, 2006; SOARES, 2010) nos colocam diante de cenários em que é possível visualizar a estreita relação entre Educação e Assistência. A título de exemplo, as Escolas de Aprendizes e Artífices criadas em 1909 (hoje Institutos Federais), não exclusivamente para efetivar o Ensino Agrícola, destinavam-se aos “desvalidos da sorte”; portanto,

¹ Mestre pelo Curso de Mestrado em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, elizamarta.ifce@gmail.com;

² Profa. Dra. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, claudiaapeixoto@gmail.com.

dotadas de recorte assistencial, pois, além do ensino, deveriam ofertar as condições materiais para que os pobres pudessem acessar a escolarização e a profissionalização.

A questão norteadora deste estudo se constrói a partir do panorama de inferências e conjecturas em torno da redução da matrícula e aumento da evasão – de forma mais acentuada a partir dos anos 2010, apresentado na ferramenta IFCE em Números -, ensejando a articulação dos atores institucionais no debate e planejamento de ações de enfrentamento a este cenário.

Embora a redução da matrícula e o crescimento da evasão coincidam com a expansão e interiorização do Instituto Federal do Ceará e com a instalação de escolas profissionalizantes da rede estadual no interior do estado, esta realidade não foi, até hoje, objeto de estudo de uma pesquisa que assevere a veracidade das causas apontadas. Tampouco, houve uma investigação para conhecer as razões por que existem adolescentes e ou famílias que buscam dar prosseguimento aos estudos na antiga “Escola Agrotécnica” (tratamento muito presente na fala, principalmente de familiares dos estudantes) mesmo tendo uma escola mais próxima à sua residência com oferta do ensino médio e por que permanecem até a conclusão apesar da distância de casa, apesar das greves (também apontadas como causa da evasão)?

Os resultados de uma investigação sobre fatores que contribuem para a permanência, demonstram a existência de fatores individuais – intrínsecos ao estudante – e institucionais, associados à permanência; conforme se lê no trecho a seguir:

Todos os aspectos evidenciados pelos participantes da pesquisa que favorecem a permanência do aluno na escola estão todos relacionados com aspectos internos à instituição [...] como: o perfil/desempenho do corpo docente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas. (SOUZA, 2016, p.28)

Podemos perceber, pelo exposto, que a responsabilidade institucional não está limitada a relação professor aluno; outros componentes influenciam para a permanência do estudante, na expressão “recursos e estruturas físicas escolares” supomos estarem contidos os serviços e auxílios ofertados no âmbito da Assistência Estudantil. O processo de *ensino e aprendizado* requer o envolvimento dos diversos atores institucionais na busca de estratégias que efetivem os dispositivos legais, especialmente a LDB/1996 e o PNAES/2010, os quais preconizam o princípio da igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes. Sendo estes (os estudantes) o alvo

principal do processo educativo, a instituição deve cuidar em lhes proporcionar um ambiente no qual se sintam bem.

Discussões em torno da (Re)significação do Ensino Agrícola (BRASIL, 2009) corroboram a face assistencial da educação, quando sugere como propostas de enfrentamento aos desafios do Ensino Agrícola que a escola repense o modelo de seleção, que garanta estrutura de suporte, atendimento psicossocial e a formação integral ao educando.

A Assistência Estudantil, como dimensão assistencial da política de educação se sobressai como estratégia de permanência dos estudantes, é gestada nas reclamações dos próprios estudantes por estruturas que lhes assegure o direito à educação escolarizada. Porque carrega na denominação a palavra “assistência” não pode ser confundida com assistência social e também, da mesma forma que a Assistência Social, não pode ser reduzida a mera provisão material.

Ao escrever sobre a face assistencial das políticas sociais, Sposati *et al.* (2014) enfatiza: “*no assistencial está contida a possibilidade de negação dele próprio e de sua constituição como espaço de expansão da cidadania às classes subalternizadas.*” (SPOSATI *et al.*, 2014, p. 53, grifos da autora). Ou seja, para o Estado, o assistencial é benemerência para com os desprovidos das condições de satisfação das suas necessidades; para o beneficiário, é a possibilidade de acesso a um direito (educação) que trará como consequência o acesso a outros bens e ou recursos (emprego) que acarretará no aniquilamento da sua situação de vulnerável.

As reflexões de Saviani (2008) acerca dos limites e possibilidades da política educacional brasileira e das mazelas reveladas por diversos estudos que tratam dos altos índices da evasão e dos baixos índices de desempenho da educação pública (manifestados pelos números de retenção e de reprovação) alertam para a impossibilidade da educação, sozinha, dar respostas aos problemas enfrentados no ambiente da unidade escolar e mesmo no sistema de ensino – deve-se instalar um sistema educacional, não de ensino, posto que a educação é processo, não se efetiva apenas em sala de aula. O mesmo autor chama a atenção, ainda, para o fato de a educação estar subordinada a interesses econômicos.

O trabalho de Nascimento (2014) reitera as reflexões acima: a autora critica a “concepção limitada acerca da democratização da educação (que prioriza a ampliação das vagas [...] em detrimento das condições objetivas a esta implantação)”, e continua, “responde às pressões dos organismos multilaterais [...] visando à elevação dos

indicadores sociais.” (NASCIMENTO, 2014, p. 94). Tais reflexões remetem ao entendimento de que a assistência estudantil é imprescindível não somente na democratização do acesso à educação, mas também na garantia da educação de boa qualidade – refletida na permanência e êxito no percurso formativo.

A metodologia adotada na execução da pesquisa incluiu a pesquisa de campo, a qual, por meio da aplicação de questionário, investigou junto a estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu com matrícula e frequência regulares no semestre 2018.1, os fatores que influenciam para a sua permanência, analisando a pertinência das estratégias de cunho assistencial. O diálogo dos resultados obtidos com o referencial teórico nos permite considerar o estudo exitoso. As considerações finais sinalizam para a necessidade de novas investigações e da congregação de esforços dos atores institucionais para a maior visibilidade e o fortalecimento da política de assistência estudantil.

METODOLOGIA

Desentranhar as dimensões universais e particulares para fazer o trânsito das situações particulares para o geral impõe-nos cercarmos de dados, de indicadores que justifiquem e qualifiquem a luta por igualdade, por democracia, por direitos – no caso específico deste estudo, pelo direito à educação pública, gratuita e de boa qualidade para todos. De modo a corresponder aos objetivos propostos pelo estudo foi empreendida uma pesquisa de campo do tipo exploratório-descritiva – exploratória porque investiga causas de um fenômeno; descritiva porque se propõe desenhar as razões que dão sustentação à permanência dos estudantes.

A abordagem é classificada como qualitativa e quantitativa. Qualitativa, ao passo que empreende a análise documental – na trilha de localização e acesso aos sujeitos e registros físicos de ações de cunho assistencial no interior da instituição – e a pesquisa bibliográfica – a qual possibilitou a construção de arsenal teórico que, por sua vez, nos permitiu estabelecer o diálogo com diferentes autores, facilitando e enriquecendo a leitura e a interpretação das falas e informações coletadas por meio dos instrumentos de coleta de dados. Quantitativa porque faz uso de dados numéricos para ratificar e validar análises argumentativas. Todos os requisitos éticos e legais acerca do desenvolvimento de pesquisa com seres humanos foram cuidadosamente observados, respeitados. Assim, para

se cumprir as determinações legais, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE, obtendo parecer de aprovação em 11 de maio de 2018.

Não foram estabelecidos critérios de Inclusão ou Exclusão para a participação. O aceite para participar do estudo se deu de forma espontânea pelos estudantes por ocasião da apresentação da pesquisa em sala de aula, mediante as respostas ao questionário. Do total de alunos matriculados (97) no Curso Integrado em Agropecuária, 71 participaram deste estudo.

Os instrumentos de coleta de dados foram: questionário e observação assistemática. O questionário foi construído com a finalidade de subsidiar a construção do perfil socioeconômico dos participantes - a partir de variáveis como idade, regime de matrícula, procedência urbana ou rural, escolaridade dos pais e renda familiar -, bem como a análise de dados referentes aos fatores que influenciam o ingresso e a permanência. O questionário é composto por perguntas fechadas e abertas que possibilitam a caracterização das ações de corte assistencial e a influência destas na vida escolar dos participantes. Quanto ao modo de aplicação, deu-se por contato direto da pesquisadora com os participantes.

Observação Assistemática: por tratar-se de estudo exploratório, porque estamos presente no lugar do estudo e utilizamos informações contidas em anotações próprias (de registro e observação da nossa prática profissional) e documentos do cotidiano institucional como técnica exploratória. Os documentos institucionais consultados foram:

- a) Entrevista Social – instrumental técnico aplicado pelo profissional de Serviço Social por ocasião da solicitação da matrícula em regime interno e semi-interno;
- b) Formulário Socioeconômico – instrumental técnico utilizado pelo profissional de Serviço Social, preenchido por estudante solicitante de auxílio ao discente nas modalidades: moradia, transporte, óculos, discente mãe/pai, formação.
- c) Ata e Plano de Ação do Conselho de Classe do Curso Integrado em Agropecuária, no qual representamos o Departamento de Apoio Estudantil (DAE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo, ao inquirir sobre os facilitadores e dificultadores da permanência obtém respostas que sinalizam para a pertinência das ações da Assistência

Estudantil (AE) no sentido de favorecer a permanência. No Gráfico 1, abaixo, são apresentados os motivos facilitadores da permanência:

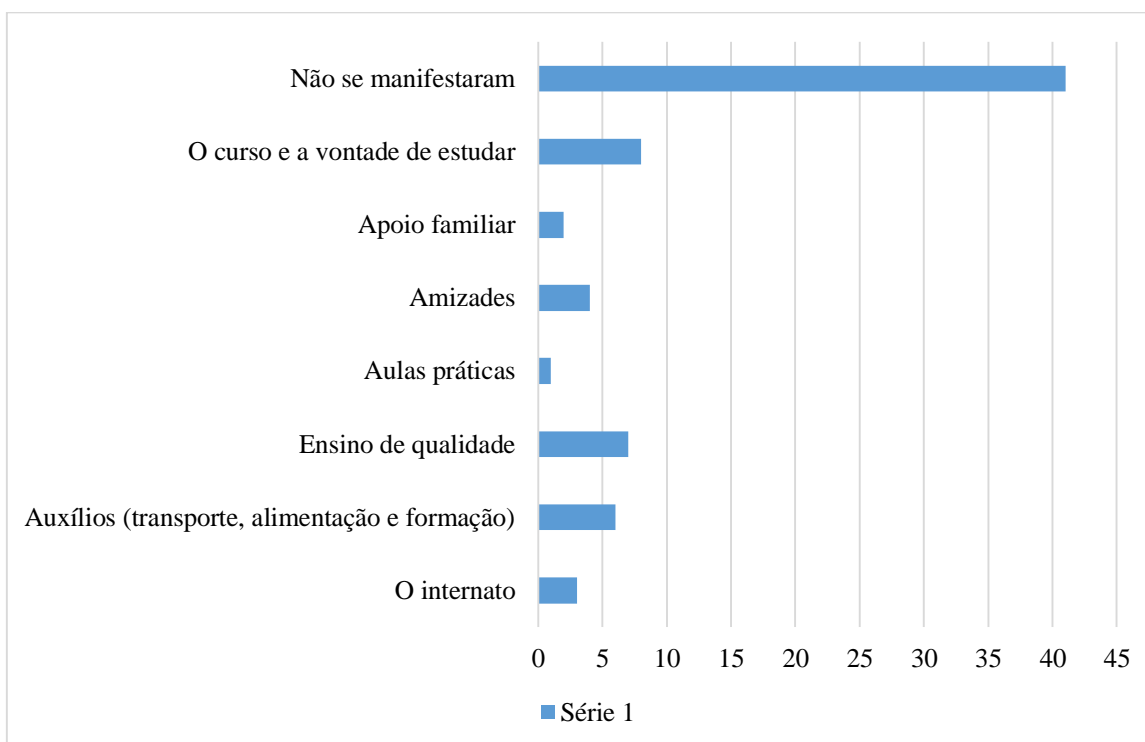


Gráfico 1 - Motivos facilitadores da permanência

A maioria dos participantes não se manifestou (41 estudantes), outros, porém, expuseram mais de um motivo facilitador da permanência. Das poucas manifestações é possível extrair a participação da assistência estudantil inscrita nas 9 respostas que indicam ações assistenciais, quais sejam: internato (3) e auxílios (6). O número é bastante expressivo se considerarmos que supera a qualidade do ensino e as amizades que obtiveram destaque como fatores motivadores para o ingresso.

Outrossim, ratifica a invisibilidade das ações e serviços que caracterizam a assistência estudantil. Dos 97 (noventa e sete) alunos matriculados no Curso Integrado em Agropecuária 38 (trinta e oito) meninos e 5 (cinco) meninas são do regime de internato; 7 (sete) são beneficiários do Auxílio Formação – recebem uma bolsa mensal em pecúnia e em contrapartida desenvolvem atividades em espaços formativos (laboratório ou projeto de pesquisa e/ou extensão) ligados ao curso; 8 (oito) são beneficiários do Auxílio Transporte; e, considerando as refeições daqueles matriculados em regime de semi-internato (permanecem dois turnos consecutivos na instituição) como auxílio alimentação, são 94 beneficiários.

Mais um exemplo ilustrativo do não reconhecimento da AE: a turma que tem mais estudante interno é o quinto semestre, apesar disso, nenhum citou o internato como facilitador; entretanto, em consulta aos registros do Serviço Social, por ocasião da entrevista de seleção para a residência, constatamos que o internato é condição precípua do ingresso e permanência.

Na descrição das dificuldades com que se deparam no dia a dia da instituição despontam os motivos relacionados a convivência, como se pode ver no gráfico a seguir.

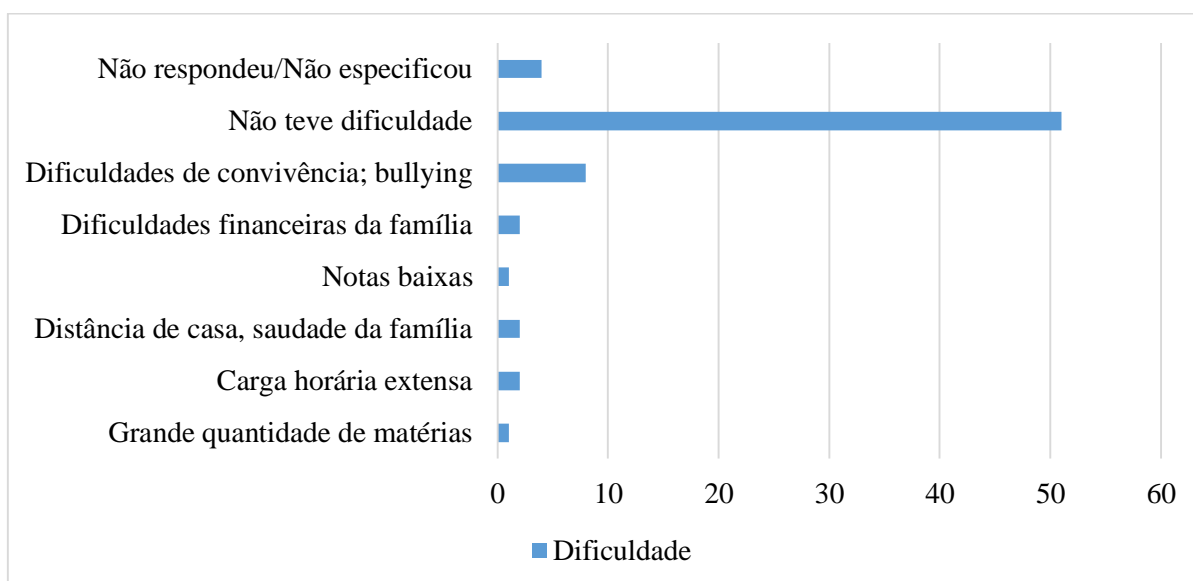


Gráfico 2 - Motivos dificultadores da permanência

Alguns dos dificultadores da permanência coincidem com as razões para o abandono elencadas no Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFCE: a dificuldade de adaptação provocada pela carga horária extensa, pelo grande número de disciplinas; dificuldade de aprendizagem (refletida nas notas baixas) e, no caso dos alunos internos, a saudade ocasionada pela distância da família. A equipe multidisciplinar do Departamento de Apoio Estudantil (DAE) se incumbem de desenvolver ações e serviços no sentido romper com estes dificultadores. Contudo, as questões de relacionamento interpessoal devem conjugar esforços de todos os atores institucionais.

A dimensão assistencial merece ser examinada também nas respostas sobre a satisfação ou não dos estudantes com os serviços ofertados pela instituição. Do universo de 71 participantes, 08 responderam “Não” para a questão: “Está satisfeito com os serviços ofertados pela escola?”. As justificativas para o “não” são as que se seguem:

1. Devia melhorar mais um pouco (estudante do 3º semestre).
2. Por ter vários aspectos que não estão no nível da escola (estudante do 5º semestre).
3. Falta mais afinidade dos professores com os alunos (estudante do 5º semestre).
4. Falta melhor desenvolvimento e atendimentos ao aluno (estudante do 5º semestre).
5. O auxílio demora muito (02 estudantes do 1º semestre).
6. Porque não está oferecendo nada além de *almoço* e aula e outros serviços que deveriam estar disponíveis não estão. Não citarei, mas é só procurar na escola que irão ver imperfeições e muitos alunos querendo desistir, inclusive eu (estudante do 1º semestre, grifo nosso).
7. Deveria ter mais regras ou coloca-las em jogo pois tá faltando, deveria ter mais respeito, mas fora isso a escola é ótima ((estudante do 1º semestre).

As negativas 1, 2, 4 e 6 não expõem com precisão a razão da insatisfação. Na tentativa de identificar o que exatamente precisa melhorar (1 e 4) e que aspectos não estão no nível da escola (2) nos fomos a rever os questionários desses alunos, porém, não fomos bem-sucedidas; quanto ao estudante da resposta 6 em nenhum momento ele cita quais “serviços não estão disponíveis”. As respostas 3 e 7 trazem de volta as relações interpessoais, desta vez colocando no palco o professor (3) – quando falaram das dificuldades para a permanência citaram a dificuldade de convivência com os pares, ou seja, com outros alunos. Esta é uma queixa não rara nas escutas profissionais de psicólogas, assistentes sociais e pedagogas por ocasião de atendimentos individuais. Nas reuniões do Conselho de Classe é comum ouvir dos estudantes e de alguns professores maior rigidez nas regras, mais punição, mais medidas coercitivas... essa discussão remete necessariamente à compreensão acerca do comportamento do adolescente: há os que querem participar da construção das regras, os que se comprometem com a própria formação..., mas, há também os contrários. Compete aos educadores construir junto com os estudantes os acordos de convivência a partir das normativas já existentes que norteiam a condução dos trabalhos na instituição.

Uma insatisfação explicitamente do campo assistencial é trazida por dois estudantes do primeiro semestre: a demora no pagamento de auxílios, neste caso, o auxílio transporte. Tratam-se de alunos novatos. O processo de seleção e concessão de auxílios é

demorado, então, o primeiro pagamento do semestre normalmente demora a sair. A irregularidade no calendário se deve aos atrasos no repasse dos recursos ao *campus* pela reitoria.

Dentre os “sim” para a satisfação com os serviços, dois estudantes apontam para possibilidades de melhoria que também estão relacionados a assistência estudantil:

Sim. Porque é muito bom, mas seria melhor se tivesse um grêmio estudantil (estudante do 1º semestre).

Sim, estou um pouco. Mas sobre o ônibus tá uma merda não cabe todo mundo fica apertado e as vezes perdemos aula porque não cabe no ônibus (estudante do 1º semestre).

A formação política dos estudantes, com vistas na sua organização, é uma tarefa de que se incumbiu o Serviço Social por meio de um projeto que orienta a criação do grêmio estudantil. Lamentavelmente, com a saída da estudante (por conclusão do curso) que presidia o grêmio, apesar das várias tentativas, não houve mobilização dos alunos para eleger nova diretoria; assim, estão há mais de um ano desarticulados. Com relação ao ônibus escolar disponibilizado pelo *campus* (são dois ônibus manhã e tarde e três à noite fazendo o transporte de alunos por duas vias distintas, para o deslocamento dos alunos da Unidade Areias (localizada em um bairro da cidade) para a Unidade Cajazeiras (localizada em uma vila há 8km da cidade), trafegam completamente lotados, isto é notório; porém, desconhecemos notificação/registro do fato alegado pelo estudante citado acima – de que há alunos que perdem aula porque não conseguem entrar no ônibus.

Expressões como “os professores são muito bons/são ótimos/bem qualificados” ratificam a satisfação com a qualidade do ensino. Vinte e três participantes resumem sua satisfação a um “Sim”. As demais afirmações destacam outros profissionais e serviços, como pode ser verificado em algumas falas:

Porque temos professores e *profissionais* qualificados (estudante do 3º semestre, grifo nosso).

Porque a escola conta com professores e *demais funcionários* bem capacitados para ensinar e *atender* os alunos (estudante do 5º semestre, grifo nosso).

Os estudantes fazem a distinção entre servidores docentes e técnicos administrativos. O aluno do 5º semestre fraciona também pela atividade: o ‘professor

ensina’, os demais ‘funcionários atendem’. Apreende-se, a partir destas falas, que a satisfação com os serviços ofertados incorpora outros elementos além do ensino; ou seja, a qualidade do ensino não se resume a aulas de professores bem qualificados. Isto é evidenciado por outros participantes:

O *campus* oferece todos os aspectos necessários para a permanência dos alunos (estudante do 5º semestre).

Oferece tudo que é necessário (estudante do 5º semestre).

Porque tem tudo que uma pessoa precisa (estudante do 3º semestre).

Tem profissionais excelentes e uma boa assistência estudantil (estudante do 3º semestre).

Pois é fornecido bastante coisas para os alunos (estudante do 1º semestre).

Satisfaz minhas necessidades (estudante do 1º semestre).

Expusemos duas falas de cada turma para realçar a percepção dos alunos que estão prestes a concluir (5º semestre) e dos que ingressaram recentemente acerca da necessidade de outros serviços para dar suporte ao ensino.

A interferência da assistência estudantil é requisitada também pelas *reivindicações* expressas para a pergunta “Você sente falta de algum serviço?”, ao que respondem:

- a) Projetos culturais (1 aluno) – a realização de atividades culturais está dentro das propostas de atuação da assistência estudantil; é um dos componentes do PNAES;
- b) Ampliação dos auxílios pecuniários, das bolsas e monitorias (3 alunos);
- c) Melhorar as instalações do internato (2 alunos) e semi-internato (1 aluno);
- d) Acompanhamento dos alunos fora da sala de aula (3 alunos) – atividade atribuída ao cargo de assistente de aluno, que são lotados no DAE;
- e) Falta de transporte para visitas técnicas (1) – reflexo das contenções de recursos para a educação, as viagens técnicas sofreram cortes severos, comprometendo a disponibilidade de recurso para a ajuda de custo para custeio de hospedagem, alimentação dos estudantes.

O renome da instituição, a qualidade do ensino, o nível dos professores influencia sobretudo para a decisão de ingresso. Esses itens são reforçados quando questionados se recomendariam o *campus* para alguém.

Observando os motivos porque escolheram o *campus* vemos que um número considerável veio para IFCE *campus* Iguatu por causa do Curso Integrado em Agropecuária; o curso figura entre os motivos facilitadores da permanência. Tais motivos – para o ingresso e para a permanência – são comprovados nos quesitos que sondam sobre a pretensão de permanecer no *campus* até a conclusão e se indicariam o curso para alguém.

Com relação à pretensão de permanecer no *campus* até a conclusão do curso os participantes responderam: Sim, 66 e não, 5. As razões para o “sim”, são: a) porque está próxima a conclusão; b) gosto do curso e da instituição; c) quero obter o diploma e concluir o ensino médio aqui; d) porque a instituição é ótima. Para o “não” apenas dois motivos foram elencados: a) sou de maior, vou fazer o ENEM; b) não sei, se não melhorar, vou sair (declaração de um estudante insatisfeito com a escola); 03 estudantes assinalaram “não”, mas não manifestaram a razão.

A unanimidade dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária participantes do estudo afirmam que “recomendaria o curso para alguém” os motivos porque o fariam, podem ser resumidos nos seguintes porquês:

- a) É um ótimo curso;
- b) É interessante;
- c) Dá autonomia de emprego;
- d) É um curso com ampla área de atuação e visa garantir a sustentabilidade alimentícia;
- e) Possibilidade de emprego;
- f) Tem várias oportunidades;
- g) Ótimos professores e apoio;
- h) Área de atuação paga bem.

Os porquês potencializam os interesses educacionais dos estudantes, as suas perspectivas de futuro (profissional); bem como o reconhecimento da instituição como unidade de ensino de excelência e, ainda, a concepção de que apenas o ensino não garante a qualidade da educação. Quando se diz que recomendaria o curso porque “tem ótimos professores e apoio” e “tem várias oportunidades” (estudantes do 1º semestre, grifo nosso), os participantes sugerem haver mais do que aulas ministradas por professores bem

qualificados, ou seja, as outras ofertas de serviços disponibilizados pela instituição comporão o leque de recomendações que suscitarão o desejo em outros adolescentes de ingressarem no curso.

Os participantes reforçam a ideia acima quando declaram que recomendariam o *campus* para outras pessoas, pelas razões abaixo:

- a) Instituição de alta qualidade;
- b) Ensino ótimo;
- c) É bom pois oferece apoio estudantil;
- d) Tem o que a pessoa precisa;
- e) Boa estrutura (refeitório – comida, alojamento, academia);
- f) É ótimo de se estudar, é acolhedor, bom atendimento.

A recomendação do *campus*, diferente do que registramos com relação ao curso, não foi unanimidade entre pesquisados. Seis estudantes dizem que não recomendariam o *campus* porque: a) não é muito bom, coisas horríveis acontecem; b) falta segurança; c) os veteranos são cheios de besteira de chamar novato de “capa gato”. Três respondentes não expressaram a razão de não recomendar a instituição, apenas assinalaram “não”. A falta de segurança é uma fragilidade institucional em ambas as unidades (Cajazeiras e Areias), nas Cajazeiras se agrava a situação de insegurança em razão da distância da unidade para o centro urbano. A queixa quanto ao comportamento dos veteranos em relação aos novatos, a cada ano, histórias de hostilidades se repetem – remete a um dos fatores dificultadores da permanência: a convivência!

Findamos o questionário indagando se o participante gostaria de dizer alguma coisa; 58 responderam “não” ou simplesmente deixaram em branco e 13 fizeram comentários que separamos por blocos: bloco 1 – elogios; bloco 2 – pedidos/queixas e bloco 3 – recomendações. Bloco 1:

“O IF me fez crescer bastante e aprender muitas coisas e um ensino muito bom” (estudante do 5º semestre)

“O IFCE *campus* Iguatu é o melhor” e “Graças ao *campus* estou tendo a oportunidade de um estudo melhor” (estudantes do 3º semestre).

“Que o IF continue inovando” (estudante do 1º semestre).

Os elogios só ratificam o que a maioria dos participantes vêm afirmando desde os primeiros questionamentos: a boa reputação da instituição aqui representada pelo bom ensino, pelas oportunidades de crescimento (pessoal) e pela inovação.

Compondo o bloco dos pedidos que refletem queixas registramos:

“Por favor melhorem o transporte. Não é culpa do motorista, mas dos ônibus que são pouco” e “que os funcionários e alunos tivessem mais respeito com os alunos” (estudantes do 1º semestre).

“Deveriam valorizar mais o curso, pois é um pouco esquecido” e “Melhorar as instalações (dos alojamentos)” (estudantes do 3º semestre).

Nos pedidos para melhorar alguma situação enxergamos nas entrelinhas apelos para corrigir situações que geram insatisfação. O DAE encaminha diuturnamente as requisições para o melhoramento das instalações dos alojamentos dos residentes (numa e noutra unidade) e demais instalações sob sua responsabilidade (refeitórios, quadra de vôlei, posto de saúde...) ao setor competente (Diretoria de Administração), entretanto, sob alegação, principalmente, da falta de recursos, muitos encaminhamentos ficam sem solução. Para o desgaste das relações interpessoais são realizadas atividades interativas em sala e extrassala e atendimentos individuais e coletivos conduzidos pelas psicólogas; contudo, de acordo com as falas dos estudantes, as ações precisam ser intensificadas e assumidas como responsabilidade por outros atores institucionais além dos profissionais que compõem a equipe da assistência estudantil. No que diz respeito à melhoria do curso, nas reuniões do Conselho de Classe já foram relatadas queixas por falta de aulas práticas, transporte para visitas técnicas, dentre outras de cunho pedagógico.

Reunimos no último bloco três falas que repercutem visões mais alargadas do processo educativo, contempladas, inclusive, no texto da LDB/1996 que diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 1).

Leiamos o que recomendam os estudantes:

A instituição deveria promover políticas de convivência e respeito entre os estudantes (estudante do 5º semestre).

O IF deveria montar um grêmio estudantil para a participação dos alunos (estudante do 1º semestre).

Fora temer! (Estudantes do 3º semestre).

As recomendações são reflexos do desenvolvimento de processos formativos no nível familiar - convivência e respeito são atributos adquiridos desde a infância -; no nível institucional – efetivar a participação, o exercício da cidadania de forma organizada e coletiva nas ações do grêmio – e, no nível societário, a expressão “Fora temer” pode ser traduzida como sentimento de indignação e de repúdio, de afronta aos que estão à frente do poder político do Estado brasileiro que vem impondo à população (particularmente a mais vulnerável socialmente) medidas de aviltamento das suas condições de vida. Demonstra, outrossim, a sinergia com o movimento geral e total da sociedade, em outros termos, comprovam não alheamento a interferência da política nacional no funcionamento das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa certificam que a qualidade do ensino atribuída ao IFCE pelos discentes participantes não está reduzida à qualificação dos professores, pois quando questionados sobre a satisfação com os serviços, outros elementos que extrapolam o ensino são apresentados e estes se caracterizam como assistência estudantil: auxílio moradia (representado pelo internato); auxílio alimentação (almoço, lanches); auxílio transporte (ônibus escolar, auxílio em pecúnia para custeio do deslocamento daqueles cujo trajeto do ônibus escolar não alcança); auxílio formação; apoio pedagógico (reforço, nivelamento). Embora não sejam identificados como assistência estudantil pelos estudantes, esses elementos integram o elenco de ações de que se incumbem as instituições federais de ensino em cumprimento do que determina o PNAES que enfoca dez áreas de atuação, a saber: moradia; transporte; alimentação; creche; apoio pedagógico; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; acesso, participação, aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Os serviços correspondentes a atenção à saúde - dispensados pela instituição mediante a assistência médica, odontológica e psicológica – e ao esporte e lazer não foram citados em nenhum momento pelos participantes, subentende-se que estão incluídos nas falas daqueles que dizem: “aqui tem tudo o que a pessoa precisa”. O fato de não citarem

alguns dos serviços ofertados, seja pra demonstrar satisfação ou insatisfação, e de apontarem a ausência de serviços (como o foi com relação à cultura: “falta projetos culturais”) remete a uma necessidade: realização de ações que viabilizem o entendimento do significado da Assistência Estudantil, que dê visibilidade ao componente de viés educativo e não apenas de provedor de assistência material; bem como a realização de pesquisa que investigue o nível de satisfação com a assistência estudantil como preconiza o PNAES.

É imprescindível a efetivação da interdisciplinaridade no ambiente escolar, envolvendo docentes e técnicos administrativos das diversas categorias profissionais na busca conjunta pela superação dos dificultadores da permanência e a garantia do direito a uma educação de boa qualidade que acentue as possibilidades dos adolescentes e jovens galgarem positivamente na vida pessoal e profissional. A promoção do diálogo entre os setores dentro da instituição de ensino e da instituição com setores, órgãos das administrações estaduais e municipais, organizações da sociedade civil na conjugação de esforços por políticas públicas que fortaleçam a democracia e, conseqüentemente, a cidadania.

Atentas à heterogeneidade de pensamentos, de formas de enxergar o mundo, a vida dos adolescentes e jovens participantes que compõem o corpo discente do IFCE *campus* Iguatu, respeitando as características que lhes são próprias, consideramos o nosso estudo bem-sucedido, haja vista haveremos atendido aos objetivos propostos. Posto que detectamos as principais fragilidades institucionais (problemas de convivência/relações interpessoais; superlotação do transporte; poucas aulas práticas e pouca utilização de laboratórios; ausência de atividades culturais e de organização estudantil) e colhemos respostas capazes de embasar o trabalho – de modo particular da equipe do DAE, em razão da sua proximidade com todos os estudantes mediante as ações da assistência estudantil -, no sentido de proporcionar aos estudantes os meios de superação das dificuldades de permanência, como por exemplo: projeto de organização e formação política dos estudantes; estímulo à criação de grupos de arte (teatro, dança, canto) e redirecionamento de projetos já existentes, atentando para o respeito às singularidades e diversidades que povoam o espaço institucional.

É claro não se esgota aqui a análise dos fatores institucionais, dos fatores individuais que influenciam para a permanência. Os resultados obtidos indicam novas possibilidades de investigação, dado o dinamismo do contexto de uma unidade educativa que congrega diferentes modalidades e níveis de ensino não se pode prender aos

determinantes visibilizados por alunos de um único curso. Concluímos com a certeza de que há uma carga de trabalho imensa para ser conduzida, mas, o peso dessa carga pode ser aliviado e o caminhar se tornar mais fácil de ser feito, pela união daqueles e daquelas que com compromisso e responsabilidade lutam em defesa dos direitos, da igualdade, da equidade, da justiça...

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno Melo de. O ensino agrícola e a educação: a formação do trabalhador rural. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH Brasil, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Palácio do Planalto**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **(Re)significação do ensino agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6470-brasiliafinal-legal&Itemid=30192>. Acesso em: 13 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE 2017-2024**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **IFCE em Números**. Fortaleza, 2016c. Disponível em: <www.Ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1030-1960). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/271/267/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano XXIII, n. 53, p. 88-103, fev. 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008. Disponível em: <https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/breves/breves2012/politica%20educacional%20brasileira%20limites%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SOARES, Antônio Demontiêu Aurélio. **A educação ambiental na formação do técnico em agropecuária no Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 6, p. 19-29, abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3498>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.